

Desafios das Instituições de Ensino Superior públicas durante a pandemia

Prof. Dra. Ivana Veraldo¹

Nesse momento, milhões de jovens estão sem frequentar as Instituições de Ensino Superior (IEs) públicas. A pandemia do novo Corona vírus, covid-19, e a estratégia do isolamento social, como meio de enfrentamento da doença, levaram à suspensão das aulas para evitar ou diminuir a curva de contágio.

No Brasil, o governo federal publicou uma Medida Provisória (n.934, de 01/04/20), autorizando, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais em andamento por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação por ensino a distância, exceto nos cursos de medicina, estágio obrigatório e disciplinas que exigem laboratórios. As aulas *online* com o conteúdo das disciplinas e as atividades a serem realizadas podem ser gravadas e encaminhadas aos estudantes via internet, nos celulares ou nas redes sociais.

A orientação vale também para o Ensino Superior. Todavia, atribui a cada instituição a decisão sobre como gerir o calendário, a forma de organização, realização ou reposição das atividades suspensas. No mesmo sentido rumou o Conselho Estadual de Educação do Paraná ao deliberar que:

(...) para instituições que optarem pela oferta não presencial nesse ínterim, é mister a garantia do acesso a todos os estudantes e profissionais da educação às condições necessárias para a implementação das atividades propostas. Esta condicionante busca garantir o padrão de qualidade, para todos e cada um, determinado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **O não atendimento a essas condições implica no fato de que as atividades não presenciais, executadas neste período de interrupção de aulas presenciais, não poderão ser computadas como dias letivos** (Deliberação nº 01, de 31/03/2020, grifo meu).

O Desafio é imenso e, seguramente, não basta manter as alunas e os alunos em contato com o saber curricular. É imprescindível a garantia do direito universal à educação de qualidade e a preservação da autonomia das IEs públicas, cumprindo princípios contidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96).

As professoras, os professores das IEs públicas e as entidades que os representam não foram consultados sobre a adoção dessa estratégia de educação à distância. Contudo, muitos já manifestaram-se contra. Há certo consenso no entendimento de que a medida é um imprevisto imediatista descolado da realidade. Pode gerar precariedade do ensino/aprendizagem, prejudicar docentes e discentes, ferir a autonomia e caminhar na contramão de importantes lutas desse setor como, por exemplo, o combate contra os frequentes cortes de investimentos.

O debate sobre ensino presencial x à distância é antigo e complexo. Não se trata, neste momento, de condenar a educação à distância (EAD), que

¹ Professora aposentada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR. Brasil.

acumula benefícios no processo de educação inclusiva. Objetiva-se apenas **fortalecer a tese da não transposição das aulas presenciais dos cursos que são ofertados nessa modalidade por aulas *online*, no período que durar o isolamento social**. Assim, expõe-se abaixo algumas questões para reflexão sobre a dificuldade de optar-se pela estratégia orientada pelo MEC:

- os recursos tecnológicos, internet e equipamentos de qualidade, necessários para o acesso às aulas *online* não são acessíveis de forma equânime para todos os discentes. A plataforma interativa Quero Bolsa identificou que 33,5% das alunas e alunos que tentaram vaga no curso superior nos últimos cinco anos por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não tem acesso à internet e a dispositivos como computador ou celular;
- nem todas as IEs públicas possuem Núcleos de Educação à Distância estruturados e, mesmo os que existem, certamente não estão preparados para ampliar a oferta de atividades. Como as IEs privadas são mais equipadas, a estratégia das *aulas online* resultará num aumento das desigualdades entre as redes pública e privada;
- as professoras e os professores da IES públicas que atuam competentemente no ensino presencial não possuem, necessariamente, experiência ou formação adequada para o uso dos meios e das tecnologias de informação e comunicação por ensino a distância (*aulas online*). Não se faz educação a distância apenas transportando o conteúdo das aulas presenciais para o ambiente virtual. A forma de apresentar os conteúdos e as metodologias utilizadas são diferentes;
- as alunas e os alunos, principalmente os que estão iniciando suas trajetórias na modalidade presencial, nem sempre têm autonomia de estudo, exigida para o uso da educação à distância ou para as aulas *online*;
- nas aulas presenciais as dúvidas são esclarecidas em tempo real, melhorando o aprendizado. As professoras e os professores conseguem acompanhar mais efetivamente a progressão dos discentes e, se houver dificuldades é mais fácil intervir para reduzi-las;
- nas aulas *online* as distrações são mais frequentes, com as redes sociais ou com as pessoas e animais domésticos da casa;
- os horários fixos das aulas presenciais ajudam mais na organização da rotina acadêmica e a procrastinação é menos frequente;
- no ensino presencial a aluna e o aluno estão em constante contato com o ambiente acadêmico, sendo mais estimulados a participarem de eventos, como semanas acadêmicas, simpósios, palestras, congressos, grupos de estudos, entre outros;
- as IEs públicas não estão focadas somente no conteúdo, também são espaços de socialização e politização. Um lugar para estudar, encontrar semelhantes, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política, reproduzindo práticas sociais já estabelecidas ou transformando-as. O ensino presencial cria relações de proximidade entre docentes, discentes e os demais profissionais que dão suporte às atividades acadêmicas e o debate colabora com o desenvolvimento do senso crítico de todos;
- as IEs públicas contam com estrutura preparada para ofertar ensino, pesquisa e extensão. As alunas e os alunos que optam pela modalidade presencial tem a vantagem de usufruir mais efetivamente dessa complexa estrutura, participando com mais frequência, por exemplo, de Programas de Iniciação

Científica (PIC, PIBIC), de Projetos de Extensão e de Ensino (PIBID), do Programa de Educação Tutorial (PET), das monitorias, dos estágios extra curriculares, dos Laboratórios e das Bibliotecas;

- as alunas e os alunos da modalidade presencial das IEs públicas também são os que mais tem acesso a recursos que apoiam a sua trajetória, tais como o Ambulatório, o Núcleo de Psicologia, o Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais, (PROPAE) e o Programa de Integração Estudantil (PROINTE), entre outros;
- são os discentes da modalidade presencial que geralmente compõem os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes, entidades que fortalecem o movimento estudantil na luta pela educação de qualidade e por garantias dos seus direitos. São eles também os que são comumente escolhidos para participar dos diversos órgãos deliberativos das IEs públicas, o Conselho de Administração (CAD), o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) e o Conselho Universitário (COU), nos quais são discutidas e fixadas normas para o ensino, a pesquisa e a extensão, entre outros assuntos relevantes;
- todos (docentes, discentes e técnicos das IEs públicas) vão em alguma medida durante e/ou depois da pandemia desenvolver depressão, ansiedade, pânico, fobia, angústia, mau humor, irritabilidade, insônia, estresse pós-traumático, raiva, exaustão emocional, improdutividade. O esgotamento e as tensões gerados pela pandemia afetam inevitavelmente a capacidade cognitiva. Todos estão investindo intensamente suas energias físicas, mentais e emocionais no processo de reestruturação da vida cotidiana que a quarentena está exigindo;

Esses argumentos tornam mais robusta a tese da **não substituição das disciplinas presenciais em andamento ou a serem iniciadas por aulas online enquanto durar o isolamento**. As alegações supracitadas estão alinhadas à necessidade de garantir a qualidade da relação ensino/aprendizagem e a autonomia das IEs públicas.

Permitam-me ainda fazer um acréscimo importante a esse debate. Tomo de empréstimo da professora dra. Aline Lunardelli, coordenadora do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o conceito por ela apresentado numa postagem nas redes sociais de **“paz cognitiva”**. Embora seu texto tenha sido construído na direção da Educação Básica não há como não extrair lições da sua proposta igualmente para o ensino superior.

Lunardelli propõe que abandonemos a ideia de reposição de conteúdo. Pensa ser infrutífero encher os(as) alunos(as) com conteúdos e atividades que podem não se conectar. O estresse pode aumentar e colar em vários outros sentimentos. Propõe **“paz cognitiva”**, com estudantes ativos, sim, mas priorizando a saúde física e mental. No isolamento, os alunos podem aproveitar o tempo para o aprendizado de saberes complementares ao currículo dos seus cursos. Tem a possibilidade de exercitar o diálogo com seus familiares, o olhar social para os vulneráveis e para o aumento da desigualdade, refletindo sobre solidariedade, tolerância, humanidade e coletividade. A professora afirma: "é tempo de acolher, de sentir, de dar e receber, de pensar, planejar, ouvir, sentar, ter medo, ter esperança, brincar e encontrar alternativas para sobreviver!!!!!!".

Nesse período em que as aulas presenciais estão suspensas os docentes e os discentes podem aproveitar para repensarem as características básicas da sociedade na qual vivemos e (re)construir saberes para aprender novas formas de comunicação e de sobrevivência, novas formas de interpretar, de viver e de

lidar com tudo o que acontece. A atual circunstância do isolamento abre a possibilidade de refletirmos sobre como as relações utilitaristas, imediatistas, superficiais, competitivas e meritocráticas tem predominado na sociedade.

A pandemia trouxe uma nova normalidade, porém não mudou a base da sociedade capitalista: excludente, desigual, antidemocrática, opressora e desumana, centrada prioritariamente no “mercado”. As estratégias educacionais adotadas nesse período de isolamento podem aprofundar as já abissais desigualdades sociais e educacionais. A pobreza, que já é um dos fatores que mais contribuem para o fracasso no ensino, vai aumentar. **Em um contexto sem escolas públicas, são os mais vulneráveis que têm menos oportunidade de aprendizagem em casa.** E, com certeza o governo seguirá no avanço da sua agenda privatista, atacando a autonomia das IEs públicas, estrangulando recursos, congelando salários, proibindo contratação de professores, etc. Sem falar do negacionismo da ciência.

Como a situação é atípica, sugiro cautela e flexibilidade. As IEs públicas já vivenciaram longos períodos sem atividades durante a ocorrência de legítimas greves e conseguiram se reorganizar. No atual contexto de crise de saúde pública não há porque focar unicamente nos aspectos quantitativos.

O exposto acima fundamenta a seguinte proposta: **somente é possível voltar as aulas presenciais quando acabar o isolamento social, após o fim da pandemia, quando então os Conselhos Superiores das IEs públicas poderão reunir-se presencialmente e discutir o calendário e a forma de organização, realização ou reposição das aulas suspensas. Importante também atentar para a necessidade de unificar os calendários do Ensino Superior com o da Educação Básica. E, se for necessário, unir o calendário letivo de 2020 com o de 2021.**

Neste momento, todos os nossos esforços devem ser no sentido de garantir a vida física e mental. Estamos provisoriamente sem as aulas presenciais, mas a Educação Pública continua sendo nosso suporte na luta pela construção de um mundo melhor. Vamos resistir!